

PORTUGUÊS

7º ANO



HABILIDADE:

EF69LP20 – Identificar, tendo em vista o contexto de produção, a forma de organização dos textos normativos e legais, a lógica de hierarquização de seus itens e subitens e suas partes: parte inicial (título – nome e data – e ementa), blocos de artigos (parte, livro, capítulo, seção, subseção), artigos (caput e parágrafos e incisos) e parte final (disposições pertinentes à sua implementação) e analisar efeitos de sentido causados pelo uso de vocabulário técnico, pelo uso do imperativo, de palavras e expressões que indicam circunstâncias, como advérbios e locuções adverbiais, de palavras que indicam generalidade, como alguns pronomes indefinidos, de forma a poder compreender o caráter imperativo, coercitivo e generalista das leis e de outras formas de regulamentação.



Conteúdo das atividades:

Atividade 1: TEXTOS NORMATIVOS/LEIS E ESTATUTOS

Atividade 2: TEXTOS PRESCRITIVOS

Atividade 3, 5 e 6: TEXTOS NORMATIVOS

**Atividade 4: TEXTO NORMATIVO –
CONTEXTO DE USO**

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

1

A seguir, você lerá um trecho da lei que dispõe sobre o uso da Internet no Brasil. Leia-o para responder à questão.

“LEI Nº 12.965, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.

[...]

Seção II

Da Proteção aos Registros, aos Dados Pessoais e às Comunicações Privadas

Art. 10. A guarda e a disponibilização dos registros de conexão e de acesso a aplicações de internet de que trata esta Lei, bem como de dados pessoais e do conteúdo de comunicações privadas, devem atender à preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das partes direta ou indiretamente envolvidas.

[...]”

Agora, leia as afirmações a seguir.

- I. A linguagem utilizada pela lei segue a norma-padrão da língua portuguesa.
- II. O uso do verbo “dever” no artigo 10 indica quais são as obrigações relacionadas ao que está disposto no texto.
- III. O objetivo desta lei é reprimir o uso da internet no Brasil.

Está correto o que se diz em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I.
- e) III.

(Fonte: Brasil. Lei n. 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 abr. 2014. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

2 Considere a definição a seguir:

O texto do tipo injuntivo é o que predomina nos textos legais, pois transmite ordens, instruções ou prescrições.

Agora, leia o seguinte trecho da lei Nº 8.242, de 12 de outubro de 1991.

“O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

§ 1º Este conselho integra o conjunto de atribuições da Presidência da República.

§ 2º O Presidente da República pode delegar a órgão executivo de sua escolha o suporte técnico-administrativo-financeiro necessário ao funcionamento do Conanda.”

(Fonte: Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991. DOU, Brasília, DF, 16 out. 1991. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8242.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

De acordo com a definição, pode-se considerar que o texto da lei Nº 8.242 é injuntivo porque:

- a) foi escrito pelo Presidente da República.
- b) ordena a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- c) o Presidente da República escolheu ser responsável pela criação desta lei.
- d) foi decretado pelo Congresso Nacional.
- e) foi sancionado pelo Presidente da República.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

3 Leia o texto a seguir para responder à questão.

“Art. 7º - São deveres dos condôminos:

- a) cumprir e fazer cumprir, por si, seus herdeiros, familiares, locatários, serviçais, visitantes e sucessores a qualquer título, o disposto nesta Convenção e no Regimento Interno; na Lei nº 4.591, de 16/12/1964;
 - b) concorrer para as despesas comuns, na proporção fixada pelo Capítulo III desta Convenção, de acordo com o orçamento anualmente fixado por Assembleia Geral, ou suas alterações subsequentes, também aprovadas por Assembleias Gerais, recolhendo as quotas nos prazos estabelecidos;
 - c) responder pelas multas aplicadas pelo Síndico, por infração comprovada desta Convenção, do Regimento Interno ou da Lei nº 4.591, de 16-12-1964;
 - d) respeitar a Lei do Silêncio, especialmente após às 22 horas;
- [...]”

(Fonte: Modelo de convenção para condomínio. Disponível em: www.normaslegais.com.br/guia/clientes/modelo-convecacao-condominio.htm. Acesso em: 4 mar. 2022.)

Com base na leitura do artigo, é possível reconhecer no texto:

- a) a imposição de regras que impedem o bom convívio entre os moradores do prédio.
- b) uma intenção de impor normas capazes de impedir o cidadão de exercer sua liberdade.
- c) a presença de leis desconhecidas pelos moradores, gerando, assim, confusão na leitura.
- d) a importância das assembleias para decidir quais serão as multas aplicadas para os infratores.
- e) uma intenção de estabelecer regras referentes à administração do condomínio, bem como ao convívio entre os moradores.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

4 Leia o texto a seguir para responder à questão.

“NÃO REPRODUZIR

Sem permissão prévia por escrito por parte da Discovery, você não pode reproduzir, ou fazer com que um site considerado um terceiro apresente ou endosse quaisquer conteúdos do Site, ou ainda incorporar qualquer direito de propriedade intelectual do Site, da Discovery ou de qualquer um dos seus licenciados em outro website ou serviço.

MARCAS REGISTRADAS

Não queremos que alguém se confunda sobre quais materiais e serviços são fornecidos pela Discovery e quais não são. Você não pode usar qualquer marca registrada ou marca de serviços que apareçam no Site sem o consentimento prévio por escrito do titular da marca.”

(Fonte: Discovery Kids Plus. TERMOS DE USO / ACORDO DE UTILIZAÇÃO. Disponível em: www.discoverykidsplus.com.br/avisolegal. Acesso em: 4 mar. 2022.)

A respeito do texto, é incorreto considerar que:

- a) emprega palavras como permissão e consentimento para indicar deveres e direitos da empresa e do usuário.
- b) a repetição de “não pode” indica proibições relacionadas ao uso de conteúdos e marcas da empresa.
- c) apesar da linguagem menos formal, voltada para um público mais genérico, pode ser considerado um texto normativo.
- d) apresenta punições a serem aplicadas aos infratores das leis de uso.
- e) trata de obrigações e regras que devem ser observadas pelos usuários do serviço.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

5

No texto a seguir, fica determinado quem pode participar de um evento de premiação. Faça a leitura para responder à questão.

“3. PARTICIPAÇÃO

Poderão se inscrever pessoas físicas, professores e gestores escolares (orientador educacional, orientador pedagógico, coordenador pedagógico e diretor), com mais de 18 (dezoito) anos, com ensino superior completo ou estudantes cursando o último ano das licenciaturas e que atendam aos seguintes critérios:

- Ter concluído o curso superior de Pedagogia ou licenciatura na disciplina em que ministra aula, em instituições de ensino superior reconhecidas pelo Ministério da Educação, MEC.
- Ter desenvolvido o trabalho como professor das disciplinas curriculares ou de trabalhos, sendo titular ou substituto, devidamente autorizado pela Secretaria de Educação e Órgãos Reguladores Municipais e Estaduais.

Ministrar aulas presenciais, remotas ou em modalidade híbrida no ensino básico, nas disciplinas curriculares, em trabalhos complementares ou em salas de atendimento educacional especializado em escolas públicas, privadas, filantrópicas de acesso público, rurais ou urbanas.

Ter incluído todos os alunos da turma, sem exceção, no desenvolvimento do trabalho e ter material comprobatório das aprendizagens favorecidas.

3.1. Será permitida a participação de professores e gestores escolares já premiados em edições anteriores – com trabalhos inéditos –, com exceção dos vencedores das últimas duas edições do Prêmio.

3.2. É vedada a participação de estagiários, pesquisadores e funcionários diretos da organizadora, das empresas parceiras (Abril, Globo, Fundação Roberto Marinho), patrocinadoras (Somos Educação e BDO Brazil) e apoiadoras (Nova Escola, Instituto Rodrigo Mendes e UNICEF Brasil), bem como de seus respectivos parentes (até 2º grau) e cônjuges de quaisquer pessoas envolvidas diretamente na realização do Prêmio.”

(Fonte: Prêmio Educador Nota 10, 2021. Fundação Victor Civita. Disponível em: <https://premioeducadornota10.org/regulamento-2021/>. Acesso em: 7 mar. 2022.)

No texto, fica especificado que:

- a) professores com menos de 18 anos podem participar com autorização de pais e responsáveis.
- b) podem se inscrever no prêmio universitários que ingressaram no curso de pedagogia no ano da premiação.
- c) não podem participar do prêmio pessoas que trabalhem para as empresas mencionadas no item 3.2.
- d) podem se inscrever no prêmio pessoas que trabalhem nas empresas indicadas no item 3.2.
- e) professores que já participaram em edições anteriores não podem se inscrever novamente.

ATIVIDADES COM FOCO NO ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

ESCOLA:

PROFESSOR(A):

ESTUDANTE:

TURMA:

6

O trecho a seguir é parte do regimento interno da Câmara dos Deputados do Brasil. Leia-o para responder à questão.

“REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA SEDE

Art. 1º A Câmara dos Deputados, com sede na Capital Federal, funciona no Palácio do Congresso Nacional.

Parágrafo único. Havendo motivo relevante, ou de força maior, a Câmara poderá, por deliberação da Mesa, ad referendum da maioria absoluta dos Deputados, reunir-se em outro edifício ou em ponto diverso no território nacional.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 2º A Câmara dos Deputados reunir-se-á durante as sessões legislativas:

- I - ordinárias, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro; (Inciso com redação adaptada à Emenda Constitucional nº 50, de 2006, conforme Ato da Mesa nº 80, de 2006)
- II - extraordinárias, quando, com este caráter, for convocado o Congresso Nacional.”

(Fonte: Câmara dos Deputados. RESOLUÇÃO Nº 17, DE 1989. Disponível em: www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2021-2021.pdf. Acesso em: 7 mar. 2022.)

Examine as afirmações a seguir e indique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () O texto é dividido em itens, como capítulo, artigo e incisos, para facilitar a consulta e organizar as normas estabelecidas.
- () As regras apresentadas valem apenas para a Câmara dos Deputados.
- () Não há menção a outras normas no texto apresentado.
- () As sessões da Câmara dos Deputados podem ser realizadas a qualquer momento, dependendo da vontade dos deputados.

A sequência correta é:

- a) F – V – V – F
- b) V – V – F – F
- c) F – V – F – V
- d) F – F – V – V
- e) V – V – V – F